

# Sistematização gasta quatro horas em discussões para nada decidir

Da Sucursal de Brasília

A Comissão de Sistematização teve ontem o seu dia mais improdutivo. Nenhuma alteração foi feita no segundo substitutivo do relator Bernardo Cabral (PMDB-AM). Durante quatro horas de sessão, foram discutidos assuntos secundários e propostas consideradas absurdas. Embora não fosse uma estratégia pré-estabelecida, os principais líderes do Congresso constituinte aproveitaram a tarde para tentar um acordo para a votação da estabilidade no emprego, prevista para às 14h30 de hoje.



OS NOVOS PRAZOS DO CONGRESSO CONSTITUINTE	
28 de outubro	Término da discussão e votação do texto do substitutivo na Comissão de Sistematização, inclusive com a aprovação da redação final
29 de outubro	Impressão do texto aprovado pela Comissão de Sistematização
30 de outubro	Distribuição do texto aos 559 constituintes que formam o plenário do Congresso constituinte
31 de outubro e 1º de novembro	Apresentação de destaques (pedidos de votação em separado de determinados trechos do texto) e emendas por parte dos constituintes
2 a 4 de novembro	Classificação dos destaques e emendas pela Mesa Diretora do Congresso constituinte para votação em plenário
5 de novembro	Início da votação em plenário

As 18h10 (quase duas horas antes do horário previsto para o término), o senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), vice-presidente da comissão, suspendeu a sessão, alegando um acordo dos líderes partidários, que tentariam um acordo final para a estabilidade.

O senador Jorge Bornhausen (PFL-SC), ex-ministro da Educação, compareceu à sessão, e manteve contatos com políticos do seu partido. A partir de hoje, a comissão reúne-se de segunda a quinta-feira das 14h30 às 20h30; às sextas, das 9 às 13h e das 15 às 20h; e aos sábados, às 9 às 13h.

Apesar de mais de cem propostas para o capítulo "Dos Direitos e Garantias Individuais", nenhuma foi

incorporada ao texto. Mesmo com a maioria dos parlamentares concordando em retirar suas propostas, muitos insistiram na discussão e votação. Além de emendas de assuntos pertinentes à legislação ordinária, muitas delas tratavam de assuntos considerados absurdos, como a do deputado Virgílio Guimarães (PT-MG), esquerda, que previa a "função social" para os veículos. Depois de uma discussão de quase meia hora, o deputado retirou a proposta.

O deputado Lysâneas Maciel (PDT-RJ), esquerda, queria ver assegurada a liberação de pagamentos de contas de água, luz e esgoto para as pessoas carentes. Por 50 votos a 33, a proposta foi rejeitada. Outra emenda

derrotada (73 a quatorze) foi a do deputado Sérgio Brito (PFL-BA), direita, que insistiu na transferência de criminosos para suas cidades de origem, caso morem a menos de dois anos no local do delito.

Foi votada também uma emenda popular — endossada pelo senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ), centro — propondo o "direito à moradia". Citando as "condições objetivas" da realidade do país, a comissão rejeitou a proposta: 61 votos a trinta. Uma emenda do deputado Eduardo Jorge (PT-SP), esquerda, que estabeleceria a necessidade de consulta ao paciente para sua internação em clínicas psiquiátricas também foi rejeitada, por 64 a 26.

# Lideranças do PMDB tentam acordo sobre estabilidade antes da votação

Da Sucursal de Brasília

Em reunião marcada para hoje, às 10h, as lideranças peemedebistas tentarão um último acordo para definir uma proposta de estabilidade no emprego que reúna condições de obter a maioria dos votos na Comissão de Sistematização. Até o final da tarde de ontem, havia duas possibilidades mais fortes: adotar o texto do primeiro substitutivo do relator Bernardo Cabral (PMDB-AM) — que mantém o princípio da estabilidade, deixando seu detalhamento para lei ordinária — ou acoplá-lo à emenda do deputado José Maria Eymael (PDC-SP), direita, que prevê, em caso de demissão, indenização mais aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, além do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

Outra possibilidade é a de preservar o princípio do primeiro substitutivo e aprovar a emenda aditiva de Eymael somente para o parágrafo dezessete do segundo substitutivo, estabelecendo, com isto, aviso prévio proporcional.

Os defensores e opositores da tese da inclusão da estabilidade na Constituição estavam atentos para a ordem de votação das emendas em destaque. Conforme acordo da mesa, serão votados primeiro os destaques globais, depois os parciais.

# Genoino faz 'ameaça' aos que votarem contra

Da Reportagem Local

O deputado José Genoino (PT-SP) — de esquerda, segundo levantamento feito pela Folha e publicado no caderno "Os Eleitos", a 19 de janeiro —, 41, disse ontem que vai estimular a publicação de cartazes nas fábricas, com os nomes dos parlamentares integrantes da Comissão de Sistematização do Congresso constituinte que votarem contra a estabilidade no emprego. Genoino é membro suplente da comissão. "Os constituintes parece que têm

medo de votar essa questão, mas há questões que têm que ir a voto, não tem jeito". Genoino fez essas declarações anteontem à noite, durante entrevista no programa "Roda Viva", da TV Cultura de São Paulo. O deputado também disse que seu partido não deve apoiar nem uma eventual candidatura Mário Covas (senador do PMDB paulista) nem uma eventual candidatura Leonel Brizola (ex-governador do Rio) à sucessão do presidente José Sarney: "O PT tem muitos pontos divergentes desses dois candidatos".

Por este critério, o destaque do presidente do PT, Luis Inacio Lula da Silva, esquerda, pedindo estabilidade depois de noventa dias de admissão na empresa, é o primeiro da pauta. Enquanto que, por último, serão votadas as emendas de iniciativa popular da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (Fiergs), apresentada pelo deputado Luis Andrade Ponte (PMDB-RS), centro, e do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap). A primeira estabelece indenização proporcional ao tempo de

serviço; o princípio da estabilidade também é garantido pela segunda. O presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), senador Albano Franco (PMDB-SE), centro-direita, diz que não aceita a "desvinculação do princípio da estabilidade da emenda Eymael". Ele fala pelos empresários. Já o presidente nacional da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Jair Meneguelli, afirma que "a indenização garante o princípio da descontração". Por isto, ele quer a preservação do texto do segundo substitutivo de Cabral.

# Entre os destaques, propostas inusitadas

JOSIAS DE SOUZA

Secretário de Redação da Sucursal de Brasília

A fila de emendas à espera de votação na Comissão de Sistematização inclui algumas propostas no mínimo inusitadas: propõe-se desde a "tutela" do Estado sobre os animais do país até nada menos que a convocação de um novo Congresso constituinte, para "revisar" tudo o que o atual está decidindo. Há ainda uma proposta de "expropriação" das terras que tenham plantações de maconha e coca, para assentamento de colonos. E uma outra de criação na cidade de Petrópolis (RJ) de um "paraíso fiscal". Estas são emendas que o relator Bernardo Cabral tratou de excluir do seu parecer final. Mas seus autores, contrariados, insistem em reapresentá-las, na forma de destaque, um artifício previsto no regimento.

O autor da proposta de que a atual Constituinte convoque uma outra Constituinte, a ser instalada em prazo não determinado, é o deputado Uldurico Pinto (PMDB-BA). O fato de Cabral não ter aproveitado sua idéia não o desanima. "Lutarei até o fim, na Sistematização", diz. Seus motivos são, aparentemente, simples: "A atual Constituinte está cheia de vícios. Dá até vontade de voltar para casa". Uldurico é autor de uma outra proposta não menos inusitada: as nações indígenas elegeriam, da forma que achassem mais conveniente, três representantes para o Senado. Esta emenda o deputado decidiu não reapresentar à Sistematização.

"Não há um só brasileiro que não goste de animais. Se houver, é porque não teve boa formação", diz o deputado Hélio Rosas (PMDB-SP), para justificar a seguinte emenda: "Todos os animais existentes no país estão sob a tutela do Estado, devendo a lei protegê-los contra a crueldade e os maus tratos". Na verdade, o projeto de Cabral já prevê a proteção à "fauna e flora". Mas Rosas é meticoloso em seus propósitos. Acha que o texto beneficia apenas os animais "silvestres". "E os outros animais, os ditos domésticos, sob custódia ou abandonados?", indaga.

O deputado José de Bernardo Cabral (PTB-MG) queixa-se de Bernardo Cabral: "Ele havia me dito que incluiria minha proposta nas disposições transitórias da Constituição, mas não incluiu". Murad quer que as terras onde forem localizadas culturas de plantas psicotrópicas (maconha, coca etc) sejam expropriadas. Essas terras seriam entregues a



colonos, que plantariam "produtos úteis". Elias Murad diz que Cabral teria conversado com o deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP) sobre sua proposta. Este teria argumentado o seguinte: a idéia seria inconveniente porque uma pessoa qualquer poderia plantar maconha numa determinada propriedade, sem que seu dono soubesse. "Isso reforça minha tese. Se o proprietário não cuida de sua terra, mais um motivo para expropriá-la", diz.

Nem mesmo um dos relatores-adjuntos de Cabral conseguiu escapar de sua "tesoura". O deputado Adolpho Oliveira (PL-RJ) teve sua proposta de criação de um "paraíso fiscal" na cidade de Petrópolis (RJ) excluída do substitutivo final. A exclusão dos debates parlamentares, ele a reapresentou em forma de destaque. Sua idéia é atrair para Petrópolis "o dinheiro que hoje vai para as Bahamas, Caribe e Suíça". Haveria na cidade cassinos, não se pagaria impostos (nem mesmo Imposto de Renda) e seria dado grande incentivo ao turismo.

A deputada Dirce Tutu Quadros (PTB-SP) é autora de uma outra

proposta curiosa: um doente, inclusive com problemas psiquiátricos, não poderia ser internado sem sua "concordância". Os inimigos de Tutu Quadros afirmam que ela tenta legislar em causa própria. Apresentam um argumento: no dia 4 de maio deste ano, seu pai, o prefeito Jânio Quadros, a internou numa clínica à sua revelia. A deputada rebate: "Tenho em meu gabinete mais de dez mil telegramas de pessoas que passaram pelo mesmo problema".

De resto, há uma emenda do deputado João Alves (PFL-BA), que propõe a criação de "colônias agrícolas penais" no interior do país. Há ainda uma emenda do deputado Samir Achôa (PMDB-SP), que não precisou ser reapresentada à Sistematização. A proposta visava corrigir uma outra, do senador José Paulo Bisol (PMDB-RS), que previa a igualdade de direitos entre homens e mulheres, exceto em casos de gestação, parto e aleitamento. "Ao estabelecer a exceção em favor da mulher, o relator (Bisol) deveria fazer o mesmo em relação a particularidades do homem, tais como a ereção e a ejaculação", argumenta Achôa.